

FRAGMENTAÇÃO/ALIENAÇÃO DO TRABALHO: EM QUESTÃO OS MOMENTOS (DES)ARTICULADOS DA PRODUÇÃO E DA REPRODUÇÃO *

*Fernanda Keiko Ikuta***

Resumo:

O presente artigo busca apresentar alguns apontamentos sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução a partir da reflexão da práxis das Associações de Moradores e dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente. *A questão da moradia e o mundo do trabalho* se imbricam metodologicamente e são pensadas no contexto das metamorfoses hodiernas para manutenção do *status quo* do controle social do capital.

Palavras chaves:

dicotomia viver (morar) - trabalhar; esfera da produção; esfera da reprodução; fragmentação da práxis social; associações de moradores; sindicatos

Abstract:

In this paper we look for present some notes about production an reproduction as two social times fragmentation. We'll start from the praxis reflection about Residents Associations and Workers Unions in Presidente Prudente. The Housing question and The Labour World are methodologically interrelated and they are here thought into the nowadays metamorphosis context to support of the status quo of the Capital social control.

Key-Words:

to live (inhabit)/to work dichotomy; production sphere; reproduction sphere; fragmentation of the social practice; residents associations; workers unions

FRAGMENTATION/ALIENATION OF LABOUR THE (DIS)MANTLED MOMENTS OF THE PRODUCTION AND REPRODUCTION, IN QUESTION.

Introdução

As Associações de Moradores e os Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente com suas territorialidades geo-grafadas pelas transformações sociais atuais, engendradas pelo *sistema metabólico do capital* [1], são aqui apresentados como um exercício que nos propicia refletir sobre a fragmentação da práxis social. Fragmentação que deve ser pensada ontologicamente, cujo fio condutor por nós adotado será a discussão da fragmentação dos momentos sociais da produção e

da reprodução na *práxis fetichizada*[2] das entidades comunitárias e sindicais, no caso[3]. Assim, tendo em vista a questão da moradia, somos remetidos a pensar a dicotomização do viver/morar e trabalhar. Dicotomização esta, que é fundada na divisão social e técnica do trabalho e nos exige, então, a necessidade teórico-metodológica de uma imbricação entre os momentos sociais da produção e da reprodução, materializada na interlocução entre a questão da moradia e o mundo do trabalho para a construção de uma reflexão que possa ir além da unilateralidade que predomina tanto na prática como no discurso/análise destas questões.

Vivenciamos a transição da base da sociedade capitalista da indústria para a centralidade financeira que altera a forma e o processo da acumulação do capital. Neste processo, o Estado e a sociedade passam a organizar o dinheiro, a forma líquida do capital, que produz ao mesmo tempo a denominada “liquidez” das relações de classe, transformando-as e fetichizando-as ainda mais, concedendo-as uma aparência de desigualdade (entre os que têm e os que não têm – dinheiro), e isto, em lugar do antagonismo básico, o estrutural, que as separa[4].

Mas a Economia-Mundo, como denominam alguns autores, é conseguida paralelamente a uma hegemonia política e cultural. Tais metamorfoses conformam *novas territorialidades em tensão*[5] de onde podemos apreender novas relações de poder, novas formas de objetivação e subjetivação (alienação, estranhamento), novas representações dos seres sociais em todas as suas dimensões, tanto dentro como fora do trabalho.

O debruçar introdutório que realizamos aqui das Associações de Moradores e dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente, nos permite apreender que a fragmentação na *práxis* dessas entidades *versus* a estrutura totalizante do capital, é um exemplo que nos permite flagrar, dentro de suas particularidades e singularidades, *representações* redutoras que apagam os conflitos e deslocam/dissimulam as relações concretas, gerando uma falsa consciência sobre as próprias condições de existência, multiplicando a dominação e a manutenção do *status quo* do controle social.

O morar e o trabalhar para além das fragmentações

Discutir a fragmentação das lutas sociais é um objetivo fundamental para nós. E esta discussão é enviesada pela compreensão de que a sociabilidade do capital afeta e divide a vida dentro e fora do trabalho. A *práxis* social reflete tal dicotomização em lutas cujo significado reivindicativo é específico, atomizado, imediatista.

A gênese desta fragmentação pode ser entendida nos processos de *alienação* e *estranhamento* do ser social. Isto é, *alienado* no processo social de produção e submetido a uma *existência inautêntica* e *estranhada* o ser social fica impedido de viver a integridade da existência social. A *alienação* e o *estranhamento*, as *fetichizações* e *reificações* do ser social dissimulam as contradições sociais, dissolvem a luta de classes e isto se faz perceber nas práticas organizativas, nos movimentos sociais e nos associativos ou comunitários. Daí propormos através de uma ponte entre moradia e trabalho, realizar uma reflexão que ultrapasse as fragmentações em que as *práxis* sociais são submetidas.

Controlada pelo *sistema de metabolismo social do capital*, a sociedade do *trabalho abstrato* permanece com sua subjetividade *estranhada* em relação ao que *se produz e para quem se produz*. No contexto das mutações atuais na estrutura societal que se reflete em novas formas de acumulação e re-produção do capital, torna-se mais evidente a intensificação do constrangimento de uma subjetividade autêntica do ser social (ANTUNES, 2000, p. 131). E neste sentido, o trabalho alienado aliena [sic] também o homem de sua espécie e o submete a um desenvolvimento voltado para a sua sobrevivência individual (PERUZZO, 1984, p.118)[6]. As múltiplas *fetichizações* e

reificações resultantes deste *metabolismo social do capital* permeiam o mundo *dentro* e *fora* do trabalho, todavia os processos de *alienação* e *estranhamento* engendrados neste mecanismo societal camuflam o todo do ser social e este não se percebe como um ser uno e tampouco vislumbra a possibilidade de apostar no coletivo.

Podemos afirmar que, em geral, na práxis social o mundo e o ser social são fragmentados na divisão entre esfera da produção e esfera da re-produção. A totalidade do ser social deixa de ser percebida e “perseguida” a partir do momento em que as lutas sociais passam a ser gestadas pela fragmentação social e técnica do trabalho que as separam infecundamente em lutas da esfera da produção e lutas da esfera da re-produção. De um lado, o movimento operário reivindicando melhores salários e condições de trabalho e do outro, os movimentos urbanos, ecológicos, de gênero, étnicos, etc., requerendo especificamente aspectos ligados à re-produção como moradia, saúde, educação, preservação da natureza, igualdade nas relações de gênero e raciais. E isto, em geral, sem um reconhecimento mútuo das lutas. Cada reivindicação tem a sua esfera de atuação. O trabalhador não associa o sindicato com a luta por uma escola no seu bairro e tampouco, vai discutir as relações de trabalho na associação de bairro, por exemplo. E desta maneira, o viver e o trabalhar estão separados, fragmentados nas práticas das lutas em territórios distintos.

As Associações de Moradores e os Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente são o nosso objeto de estudo. Por meio desse cenário é que refletimos a fragmentação das lutas, os processos de alienação e estranhamento expressos nas práticas que envolvem o morar e o trabalhar nesta cidade e que afetam a condição da organização dos trabalhadores.

As Associações de Moradores de Presidente Prudente: uma práxis “emparedada”

A territorialidade das Associações de Moradores de Presidente Prudente é delimitada pelo bairro. A atuação das Associações, seus objetivos, projetos e reivindicações não ultrapassam o limite do bairro, ou, metaforicamente, podemos dizer ainda que, na verdade, enquanto concepção geral de luta, não conseguem ir *além das quatro paredes*. O “emparedamento” começa, por exemplo, no fato de que, em geral, não há identificação de seus problemas com os problemas vivenciados em outros bairros e tampouco há a compreensão clara de que um mesmo processo engendra bairros que convivem, muitas vezes “eternamente”, em condições de moradia e urbanidade precários^[7] e bairros que têm as mais otimizadas condições infra-estruturais (ou mesmo a cidade como um todo que nem todos têm acesso pleno: *shoppings-centers*, ensino superior, hospitais de alto padrão, verticalização, condomínios fechados que privatizam espaço público, a cidade programada para que predomine a tirania do automóvel em detrimento do pedestre). E, portanto, não se luta pelo direito à cidade, pelos atributos de urbano que ela tem como um todo, mas apenas por uma parcela desta cidade. Ou seja, não há o entendimento da cidade como um todo, dos processos sociais, políticos e econômicos que a produz e reproduz desigual e combinadamente. Neste sentido, fica ainda mais prejudicada a apreensão da totalidade do processo que gera não só a precarização das condições do morar, mas de todo o conjunto das condições sociais de existência. E isto, mesmo que as condições concretas sejam de pobreza “confinada” na periferia mais distante onde as precariedades se superpõem sócio-territorialmente. Esta é a raiz da fragmentação do ser social que então cinde a esfera do morar e do trabalhar: a precarização atinge o todo do ser social, mas este não se percebe como um ser uno.

E quais são então as principais reivindicações? Na pesquisa de campo pudemos verificar que há um grande número de bairros cujas reivindicações são de equipamentos e serviços urbanos básicos. Todavia, dentre todas as comunalidades dos problemas e precarizações sofridas, evidentemente há concomitantemente diferenças/desigualdades no suprimento das condições básicas de moradia e urbanidade mesmo considerando que estes bairros organizados em

Associações são, em sua maioria, precários. Mas o que realmente queremos destacar neste momento (retornaremos posteriormente nas principais reivindicações) é que muitas vezes estas diferenças não são percebidas ou são negadas pelas Associações de Moradores. Esta postura tem sua origem na *práxis fetichizada*, fragmentada destes seres sociais. Um dos aspectos que nos permite apreender parte desta práxis é a concepção e relação que as Associações têm com o poder público municipal.

Neste sentido, há Associações que declararam estar sentindo diferença entre a gestão do prefeito Mauro Bragato (1997 a 2000) e a gestão atual do Agripino Lima (2001 a 2004) quanto a abertura que tinham para negociação, a existência de projetos sociais (Criança Cidadã, Renda Mínima) e do Orçamento Participativo que na gestão em vigência foram cortados ou diminuídos consideravelmente. Essas Associações advertiram e protestaram em suas declarações contra as prioridades divulgadas pela atual administração, tais como a construção de um planetário na Cidade da Criança em detrimento do atendimento de necessidades básicas como creche, posto de saúde e asfalto, reivindicadas pelo Jardim Cobral e asfalto, creche e financiamento para construção de casa, reivindicadas no Ana Jacinta, por exemplo.

Todavia, se para essas Associações o descaso e as “prioridades” anti-sociais da atual administração repercutem no não atendimento de suas prioridades básicas, há também lideranças que declararam acreditar que se há bairros cujas prioridades básicas não foram atendidas, é porque as Associações “não vão atrás de conseguí-las”. E isto, mesmo frente aos contra-argumentos de que estes bairros não atendidos foram implantados há anos e, ainda, que os bairros de moradores de alto poder aquisitivo, como os condomínios fechados, têm toda a urbanização pronta antes mesmo que os moradores passem a habitá-los.

A justificativa para a postura citada acima é a crença de que para conquistar *suas* reivindicações

[...] é preciso ter o secretariado [municipal] nas mãos [...] os vereadores estão aí, precisam ser procurados. O prefeito está aí e para ele tudo é prioridade, é preciso ir atrás, cobrar, eles estão abertos para todos e isto independe de partido político. O prefeito atua, atende uma área de acordo com a verba que tem e com o tempo que tem, ele precisa respeitar a lei fiscal (Depoimento - Trabalho de Campo, 2001).

Podemos avaliar que, neste caso, a relação com o poder público se dá por meio de alianças e favoritismos políticos não reconhecidos no discurso. O caráter político das intervenções públicas é negado. As alianças políticas, o clientelismo, e o assistencialismo existente e até mesmo percebido por algumas Associações, por outras são negados. Atribuir à comodidade dos presidentes das Associações as diferenças/desigualdades o não acesso do direito à cidade para a maior parte da população, é encobrir o controle social exercido pelo poder público e pelo capital (que quase sempre são os mesmos, para não afirmar que sempre). É contribuir para encobrir os mecanismos engendrantes desta dinâmica que controla e reproduz as bases de uma sociedade à serviço do capital e é ainda justificar a atuação individualizada das Associações (a idéia de que cada bairro *deve* e *pode* “lutar” por e para si), ou antes a reafirmar a institucionalização da entidade.

A possibilidade de articulação com outras lutas, entidades, a ampliação da luta para algo que se encaminhe no sentido de romper o *metabolismo social* hegemônico, é colocado a uma distância astronômica. Algo impensado, inimaginável. A não articulação com outras Associações é considerada muitas vezes como *independência*.

Quanto ao papel do Conselho das Associações vigente em Presidente Prudente, podemos afirmar que ele posiciona-se como mediador (no sentido do que cumpre o papel de trazer o poder público para escutar todas as Associações indistintamente), e conciliador do conflito, mas não coloca em debate a tradicional relação pelega da entidade com o poder público.

Ao não se discutir os processos engendrados, a desigualdade e a inclusão social precária acabam sendo naturalizadas.

O próprio Conselho reconhece a dificuldade de articulação entre as Associações, mas também não consegue atuar aglutinando-as e tampouco tem um projeto político neste sentido. O teor das principais reivindicações do Conselho, que pode ser confundido com o de qualquer Associação requerendo uma particularidade, expressa o seu imediatismo e atomização, pois se restringe a: mais unidades de saúde em alguns bairros da cidade e asfalto para os que ainda não têm.

Podemos afirmar que, em geral, as Associações de Moradores de Presidente Prudente têm reivindicações que refletem as condições precárias da maior parte dos bairros organizados comunitariamente. Equipamentos e infra-estrutura urbana básicos compõem os principais elementos requeridos. As reivindicações acabam por se confundir com os próprios objetivos da entidade, isto é, não há um projeto político mais definido que ultrapasse os limites do bairro, ou que possibilite pensá-lo dentro do contexto da cidade como um todo. A atuação das Associações restringe-se às necessidades mais imediatas de cada bairro em particular (como construção de prédios para creches e postos de saúde, instalação da rede de esgoto, pavimentação das ruas, áreas de lazer, atividades de entretenimento) e, em geral, não há identificação, articulação com projetos mais amplos de outras entidades para reivindicar ou colocar em discussão, por exemplo, questões ligadas à crescente precarização do trabalho (contrato temporário, informalidade, etc.); desemprego; qualidade do ensino público; o teor e a repercussão das políticas públicas das três esferas (municipal, estadual e federal); gênero; ambientais, mesmo que sentidas/vivenciadas pela própria população.

Fica claro que o estabelecimento comum de bandeiras de luta que unifiquem estas entidades entre si e com outras entidades para além de suas reivindicações específicas, é inexistente. A articulação destas simplesmente não está colocada como uma necessidade premente. Nem mesmo as ações, a luta dos Movimentos Populares por moradia das grandes cidades são alvo de interesse enquanto projeto político, muito menos as ações de outras entidades com bandeiras de luta diversas como o Movimento Sindical ou outros Movimentos Sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Desconhece-se as experiências de luta por moradia popular em outros países como a FUCVAM do Uruguai, o MOI da Argentina, ou a ASEVIS de Mendonza/Argentina[8]. Não se percebe qualquer convergência entre estas diferentes lutas. O cenário global não está em pauta, tanto que nem mesmo estão filiadas a Federações, Centrais ou qualquer outra agremiação.

As Associações entrevistadas não demonstraram simpatia e envolvimento com o processo de luta por moradia existente outrora[9], isso mesmo em bairros onde havia áreas de resistência ou implantadas para receber famílias deslocadas de núcleos de favelas. A negação desta realidade é evidente até mesmo para a Associação do Jardim Morada do Sol (Km7), bairro implantado para absorver as famílias desterradas, onde até hoje se encontra unidades habitacionais ainda improvisadas, ou seja, barracos que foram apenas transferidos de uma área irregular para o loteamento legalizado. A construção das casas com o apoio do poder público não é sequer uma reivindicação declarada pela atual Associação[10]. Em bairros como o Jardim Cobral, a referência que se faz ao processo de luta anterior é no sentido de evidenciar a “solução” do problema com a legalização dos lotes e então integração das famílias faveladas ao bairro: “aqui nós conseguimos acabar com as favelas” (Depoimento - Trabalho de Campo, 2001). A situação de ilegalidade é vista

pejorativamente e associada à marginalidade. E o desemprego, comum para essas famílias, é avaliado como decorrência da falta de vontade ou esforço pessoal.

A partir disto, pode-se perceber que o grau de acatamento da legalidade vigente em relação à sua luta é absoluto. Não se coloca em pauta práticas que possam extrapolar ou questionar a legalidade, de certa maneira, até mesmo porque os objetivos que estão colocados não exigem isto. A ocupação de prédios por parte dos Movimentos Urbanos das capitais, ou a ocupação de terras pelos Movimentos Rurais chegam a ser reconhecidas como legítimas, mas não como práticas a serem incorporadas.

Diante de tudo isto, foi possível perceber que não há uma elaboração aprimorada de táticas e estratégias próprias de enfrentamento com o poder público e outras instituições. Na verdade, percebemos a predominância de uma inércia geral frente a dificuldades na relação com o poder público. Acreditamos que tanto a inércia quanto o peleguismo podem, em parte, ser atribuídos ao assistencialismo reinante na atual gestão pública municipal, principalmente no que se refere ao poder executivo. Isto é, o atual prefeito possui instrumentos que lhe propiciam uma certa hegemonia local: os meios de comunicação - um Jornal impresso diário, uma emissora de Televisão, duas Emissoras de Rádio (AM e FM); uma Universidade; um Hospital; familiares com cargos políticos (na esfera municipal, estadual e federal) que são utilizados para a garantia de favoritismos locais, sempre em benefício particular. A doação de cestas básicas em datas festivas como dia das mães e Natal, as promessas de emprego nas empresas de propriedade da família do prefeito, reformas e construções de templos religiosos, são práticas popularmente conhecidas.

Este quadro local repercute diretamente na falta de expressão e representatividade das Associações de Moradores. A escassa participação e envolvimento da comunidade do bairro com as Associações foram delatados pelos próprios presidentes das entidades. Na maior parte das vezes, isto foi avaliado como dificuldade de obter o “reconhecimento” da comunidade diante da atuação das lideranças. Tal dificuldade foi apresentada como um dos principais problemas das entidades. Algumas Associações anunciaram a “conquista” dos moradores como um dos seus objetivos maiores e a realização de eventos festivos como churrascos, festas juninas e natalinas como uma forma de promover a entidade junto à comunidade.

A forma de reivindicação predominante é o encaminhamento de ofícios à Câmara municipal, geralmente auxiliado e acordado por algum vereador com o qual estabelecem uma relação pessoal ou partidária mais próxima.

Algumas Associações não se intimidaram em declarar que suas reivindicações foram conquistadas com o “apoio” e “respaldo” de algum vereador, que por sua vez, recebeu o “apoio” e “respaldo” das entidades na campanha eleitoral.

Todo este quadro reforça a idéia de que as perspectivas das Associações não ultrapassam o próprio bairro, elas se auto-concebem e se restringem neste limite. As questões mais amplas como a fome, a saúde, a educação, o desemprego e a desigualdade social no país, não fazem parte de sua escala de atuação. Para elas, são questões do âmbito dos Sindicatos, todavia, para serem resolvidas pelos governos estadual e federal. Concepção que denota a crença no Estado. Não é só na escala local que as soluções para os seus problemas devem ser solucionadas institucionalmente, vimos que para alcançar seus objetivos não se questiona a legalidade e as vias são sempre o apoio do Legislativo e do Executivo. Reconhece-se a intensificação da exploração e precariedades em que estão sendo submetidos, os baixos salários e o desemprego em consequência das exigências de qualificação profissional são os primeiros a serem citados como algo que está sendo vivenciado, mas acredita-se que a solução está nas mãos do próprio Estado. Cabe somente a ele a efetivação das mudanças desejadas porque, acredita-se, estas são inalcançáveis a uma organização popular.

A ausência de articulação, cooperação e solidariedade (não do assistencialismo, paternalismo que em geral imperam no comunitarismo) entre as Associações/bairros revela o total individualismo, *ensimesmamento* a que estão submetidas e coloca fora do horizonte dessas “comunidades” um projeto coletivo, emancipatório, um projeto que ultrapasse o imediatismo das reivindicações que não conseguem *ir além das quatro paredes*. Ou mesmo se ainda nos mantemos numa linha imediatista, podemos perceber que a práxis atomizada deixa de resolver até mesmo a carência do teto para morar, e mais, reproduz os mecanismos que perpetuam a inclusão precária.

A fragmentação territorial e as perspectivas econômico-corporativas dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente

O mundo do trabalho tem passado por profundas transformações tanto no que respeita à materialidade, quanto aos aspectos da subjetividade. As condições de emprego e salário sofrem mudanças que estão gerando uma intensa precarização para os trabalhadores. O aumento monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados é uma decorrência objetiva deste processo, assim como, a captura da subjetividade do trabalhador de acordo com os imperativos da lógica do sistema produtor de mercadorias que vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo. Daí, a crescente fragilidade do movimento sindical em diversos países, sem excluir o Brasil (ALVES, 2000; ANTUNES, 1999; BIHR, 1998; SANTOS, 2001; ARAÚJO, 2002; DIEESE, 2002).

Um ponto de partida para identificarmos os processos que levam a esta dinâmica, pode ser a cisão dos Sindicatos por meio da sua fragmentação territorial e corporativa^[11]. O regramento trabalhista da CLT dita uma longa sub-divisão das categorias profissionais, vimos que uma só empresa pode ter seus funcionários, que trabalham lado a lado, organizados internamente em pelo menos 4 Sindicatos diferentes: um Sindicato que agrega os empregados em escritório (administração), outro os condutores de veículos, outro Sindicato que agrega os seguranças e vigias, outro o pessoal da limpeza, e pode ter ainda parte dos trabalhadores pertencentes à empresas terceirizadas que não estejam representados por nenhum Sindicato. A CLT dita também as bases territoriais, que segue a divisão político-administrativa do Estado, que os Sindicatos devem ter.

Um dos aspectos que pudemos apreender nas entrevistas aplicadas nos Sindicatos de Presidente Prudente é que esta divisão oficialmente imposta, quando não tomada como algo dado e inexorável, muitas vezes ainda é vista como um facilitador e potencializador do Sindicato, pois angariaria o interesse dos trabalhadores pelo Sindicato para que “seus” problemas, “suas” reivindicações mais imediatas fossem atendidas. Não bastasse a divisão por categorias, um dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente se desligou da sede estadual tornando-se “independente”, passando agora a negociar apenas localmente.

Embora o conseqüente enfraquecimento do movimento sindical com o corporativismo seja por vezes reconhecido, o “bicho papão” que impede e afasta a idéia da construção de um movimento sindical ofensivo e orgânico é a eminente ameaça do desemprego. Este é o principal trunfo do patrão! Ou seja, o principal instrumento do exercício do controle social exercido pelo capital.

As greves passam a estar cada vez mais ajustadas com os limites institucionais e o pacto, aliança, ou conciliação de classes, parece configurar-se como a via única. No entanto, as próprias taxas de sindicalização, que a partir da década de 90 entram em refluxo, apontam a limitação desta estratégia.

Fragilizados, a maior parte dos Sindicatos de Presidente Prudente limita-se a girar em torno das negociações decorrentes da data-base de cada categoria (o Estado tem a tática de distribuir as datas-base de diversas categorias ao longo do ano, contribuindo para a fragmentação da ação sindical)[12]. Além da questão salarial, o outro ponto principal da agenda da maior parte dos Sindicatos é a manutenção de direitos trabalhistas já conquistados através da CLT ou de negociação direta com as empresas como cesta básica, café da manhã, folgas no final do ano, etc. Em alguns Sindicatos há algum esforço para que a campanha salarial seja coletiva. Todavia, em geral, a noção de coletividade não ultrapassa a questão salarial.

Depois da campanha salarial, predominam ainda na agenda política dos Sindicatos a garantia dos convênios (planos de saúde, cestas básicas, vale transporte, cabeleireiros, etc.) conforme o acordado com as empresas e comparecem posteriormente questões mais específicas às categorias como política de saúde e segurança no trabalho para os trabalhadores da construção civil; formação profissional e representação por local de trabalho para os servidores públicos municipais; combate à política de bônus e gratificações salariais do governo, máximo de 27 alunos por sala de aula, discussão sobre as mudanças na grade curricular para os professores do ensino.

As principais lutas dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente levantadas por Carvalhal (2000) também são a questão salarial e a manutenção dos empregos e dos direitos trabalhistas.

Lazer e defesa do registro em carteira também são reivindicações que comparecem enquanto elementos pontuais na agenda de um dos Sindicatos. As eleições estaduais e federais e a preocupação com o desemprego é pauta de uma Central Sindical.

A minoria dos Sindicatos entrevistados declarou preocupação por superar a postura corporativista, ainda que relativizada ou, na verdade, numa postura contraditória, “há muito deixamos de ser um Sindicato apenas corporativo, não deixamos de tudo, não abandonamos porque esta é a essência do nosso trabalho”. Esse depoimento expressa a manutenção da linha política refém do sindicalismo.

Percebemos que as questões que condizem à vida do trabalhador fora do local de trabalho como saúde, educação e moradia, compreendidas como questões macroeconômicas, têm uma relevância paralela, ou seja, em geral, não têm rebatimento como pauta prioritária da maior parte dos Sindicatos. Alguns chegaram a afirmar que estas são “questões muito distantes das demandas dos trabalhadores e sem perspectivas de articulação [com sua luta específica]”[13] (Depoimento – Trabalho de Campo, 2001).

Na relação com o Estado, principalmente enquanto poder público municipal, há uma declarada crença neste revelada no lançamento e apoio de candidatos próprios a cargos políticos com a justificativa de que é preciso formar parte do governo para garantir as reivindicações dos seus trabalhadores. A preocupação com as eleições estaduais e federais também está presente para alguns sindicatos, principalmente para os que são da oposição, pois estes acreditam que através de uma gestão governamental diferenciada se estará mudando a sociedade, o que a luta direta com o patrão somente não permite.

É sabido que o Estado está levando a cabo a desregulamentação do mercado e contribuindo sobremaneira para a ofensiva do capital para enfrentar a crise estrutural e a recuperação de sua hegemonia. Esta resposta do capital tem implicações objetivas: a superexploração do trabalhador através da precarização intensiva do trabalho – o capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho terceirizado, parcial; ele busca acabar com o emprego formal e com direitos para que as empresas sejam enxutas, produtivas e garantam patamares de

rentabilidades requeridos. Cabe aqui lembrar que a informalidade no mercado de trabalho significa a total precarização das relações de trabalho, uma vez que a estrutura sindical brasileira representa apenas os trabalhadores inseridos no mercado formal, com registro em carteira.

Mas a resposta do capital também tem implicações subjetivas e é aí que podemos entender porque e como a grande maioria das lideranças sindicais estão submetidas à ideologia burguesa. Ou seja, o porque prevalece uma individualidade personalizada, uma sociabilidade narcisística nas relações e práticas sociais que não têm sentido além do indivíduo, sempre que isto propicie vantagem pessoal (CARVALHAL, 2000).

As metamorfoses no processo produtivo fazem surgir uma concepção meramente instrumental do trabalho, além do individualismo entre os trabalhadores. Piqueras Infante (1997) nos explica que os trabalhadores concebem suas possibilidades de subsistência através da sobrevivência e expansão da empresa capitalista. E isto resulta numa aparente coincidência de interesses entre capitalistas e operários, ou seja, resulta numa consciência importada para os últimos. Neste sentido, a organização política interna das empresas, transforma os trabalhadores em “cidadãos” com direitos e deveres para com elas, substituindo, assim, as lutas por processos internos de negociação. É fato que o capital necessita, além da produção de mercadorias, a produção simultânea de identificação dos trabalhadores com os objetivos da empresa, e a legitimação da estrutura de controle dos processos de trabalho e do resultado final. Isto é, o capital necessita de uma *exploração qualitativa*, necessita da reprodução das formas de consciência dos trabalhadores compatíveis com seus objetivos e com o modo de produção capitalista em geral.

Pudemos perceber que alguns sindicalistas apostam na “solução de mercado” até mesmo para suas “conquistas”, pois consideram que as atuais mudanças no artigo 618 da Consolidação da Legislação Trabalhista – CLT e as emendas em pauta, ou enfim, toda a política neoliberal que vem sendo implementada façam parte de um processo inexorável, um “*caminho sem volta*”. Muitos justificam que as mudanças para que o negociado prevaleça sobre o legislado já vigora na prática, e portanto, só ocorreria a legalização da possibilidade de negociação de aspectos que as empresas têm dificuldade de cumprir, isso se acarretar perdas de direito. Os Sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores se posicionam contra a proposta atual de mudança na CLT e afirmam ter consciência da necessidade de mudança da estrutura sindical como um todo, mas reconhecem as dificuldades de compreensão disto por parte da base.

Quanto a filiação e articulação dos Sindicatos com Federações e Centrais sentimos que há uma evidente fragilidade. Na verdade, a dificuldade se inicia no distanciamento existente entre liderança e base e se reflete no que poderia ser uma relação de cadeia entre os primeiros. O próprio Conselho Intersindical de Presidente Prudente revela que internamente as Federações são entendidas apenas como um canal de informação sobre a conjuntura estadual, mas não como um canal que poderia propiciar uma articulação entre as entidades sindicais.

E não é muito diferente a questão da articulação dos Sindicatos com outras entidades ou Movimentos Sociais. O citado Conselho Intersindical, que poderia levar a cabo ao menos a interlocução entre os Sindicatos, nos afirmou que o único que consegue articular entre os Sindicatos é um apoio técnico mútuo a questões de âmbito particular das entidades como a dificuldade de negociação com uma empresa. Ou seja, não há a busca da construção de um projeto político comum, não há o reconhecimento da possibilidade da construção de bandeiras de luta comum. Se nem os Sindicatos, ou seja, os trabalhadores conseguem superar entre si as especificidades requerem aspectos extra mundo do trabalho é uma realidade mais que eventual. Apenas um Sindicato apontou uma ação pontual que envolvia a participação de Associações de Bairro. Somente a CUT está envolvida num projeto de articulação de Movimentos Populares, a Frente Popular de Luta, porém, corroborando com o que expomos, apontou que a Sub-Sede tem grande dificuldade

frente às resistências ao debate conjunto com outras entidades e atribuiu isto às características regionais, ou seja, existiria uma “cultura”, uma concepção de que cada espaço político é de domínio específico, assim em qualquer discussão com outra entidade se supõe que haja manipulação, uso político partidário.

Ou seja, são múltiplas as dificuldades de compreensão da possibilidade de uma vinculação entre as diferentes entidades.

Assim, se o capital

é hegemônico na delimitação do fato econômico e, sobre ele exerce gestão totalizante, os trabalhadores e os sindicatos estão emparedados nos limites da alienação provocada pela divisão técnica do trabalho legitimada pela ação do Estado. Daí estarem fragmentados entre o urbano e o rural [entre o trabalhar e o viver, ou seja, entre o que está “fora” e o que está “dentro” do trabalho], entre as fronteiras da base territorial, entre o que é essa ou aquela categoria (THOMAZ JÚNIOR, 2002b, p.248).

Enquanto o capital, com sua estrutura totalizante busca garantir a sua hegemonia reorganizando-se para retomar o seu patamar de acumulação e o seu projeto de dominação, os trabalhadores se vêem e se entendem nos limites da “legitimação jurídico-política do processo produtivo capitalista” (idem).

Neste sentido, apenas um dos Sindicatos entrevistados apresentou como parte da agenda política a preocupação com a extensão da base que é municipal para uma regionalização, reconhecendo que a fragmentação dos Sindicatos por município é uma desvantagem em relação aos padrões que se unem. E que as conquistas locais se paralisam se na região elas estão aquém.

E neste cenário, pensar a articulação orgânica entre as lutas de “fora” e de “dentro” do trabalho é, no máximo, apontada como uma necessidade reconhecida, mas ainda sem nenhuma prática concreta. Já a luta “para além do capital” é considerada demasiada utópica para romper os complexos e “reais” processos sociais e, sobretudo, políticos e econômicos atuais.

É neste contexto que, como muito, se reconhece que os aspectos diretamente ligados ao trabalho repercutem no conjunto dos aspectos ligados à re-produção, isto é, ao viver, ao morar e vice-versa (este segundo, reconhecido com mais dificuldade ainda ou simplesmente não reconhecido – isso mesmo por alguns marxistas ortodoxos, já que nos referimos não só à prática de luta dos sindicatos, mas também às análises teóricas a respeito).

E se ao discursar há certo reconhecimento (em geral restrito às lideranças) das repercussões mútuas entre o trabalhar e o viver, os desdobramentos territoriais disto praticamente ainda não são explorados.

Nos expliquemos: em Presidente Prudente o conjunto das condições atuais de existência dos trabalhadores estudados (tanto os que respeitam a esfera da produção como da reprodução) é de precarização. Percebemos que há uma superposição sócio-territorial das precariedades (más condições de moradia, de saúde, de relações de trabalho, de educação, de saneamento, salários aviltados, etc.) que não se concretizam isoladamente. Ao contrário, fica evidente que todo o

conjunto de sub-condições de existência do ser social que trabalha, mora, estuda, passeia, se locomove, etc., está “confinado” nas áreas mais precárias da cidade, ou seja, é uma mesma população que sofre com a precarização de todos os aspectos da sua existência. Entendemos que esta superposição sócio-territorial se dá porque o *sistema de metabolismo do capital* submete a *classe-que-vive-do-trabalho* tanto em sua vida dentro como fora do trabalho, objetiva e subjetivamente, aos seus imperativos. Salários baixos, informalidade ou mesmo desemprego, fome, atendimento médico e educacional ineficaz, moradia e saneamento básico precários, todos recaindo ao mesmo tempo sobre as mesmas famílias.

Todavia, nem as Associações de Moradores, nem os Sindicatos dos Trabalhadores buscam uma luta conjunta, que busque a reapropriação destes aspectos no seu conjunto, uma vez que o processo que engendra a desapropriação é o mesmo. Não há a compreensão de que só deixarão de estar submetidos aos imperativos do capital se todo o conjunto das condições de existência for reapropriado e não apenas um dos aspectos.

Considerações Finais

Hoje, a maioria dos movimentos setoriais tem interesses muito concretos, na verdade, são verticais e corporativos. Suas “identidades” estão baseadas com a saída individualista e corporativa da crise, têm caráter fragmentado e localizado em torno de objetivos econômicos e sociais isolados. Os movimentos se transformam então, em movimento problema (de apenas *um* problema). Suas identidades se refugiam no “*light*” e menos conflitivo, isto é, acolhem-se no conceito de “cidadania” e não buscam mais enfrentamentos frontais à ordem existente. (PIQUERAS INFANTE, 1997).

Enquanto isso, a estrutura totalizante do capital produz não apenas mercadorias, mas também subjetividades, isto é, produz necessidades, relações sociais, corpos e mentes.

E a nova subjetividade conformada tem ressonância na sociedade como um todo, ultrapassa, portanto, os muros das fábricas, através do *espaço de comunicação* (GONÇALVES, 2002), se expande e invade a sociabilidade do ser social em todas as suas dimensões, ou seja, chega também à esfera da reprodução e como vimos, repercute nas suas formas de organização de bairro. E ainda, como sustenta Lazzarato e Negri (S.n.t.), nesta reestruturação produtiva que tende a uma redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo

[...] Quando o trabalho se transforma em trabalho imaterial e o trabalho imaterial é reconhecido como base fundamental da produção, *esse processo não envolve tão somente a produção, mas a forma íntegra do ciclo “reprodução-consumo”*. O trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma da reprodução da subjetividade. (grifo e tradução nossa).

E não é demais apontar que esta organização da subjetividade do ser social se dá para a manutenção e dominação do *status quo* do controle social. A globalização e a mundialização do capital não afeta igualmente a todos, se para uns significa o fim ou a intensificação da precarização dos seus meios de subsistência, para outros é a possibilidade de ascender a maior controle e

informação. Pois, como alerta Piqueras Infante (1997), esses processos hodiernos têm por objetivo não só garantir e incrementar a taxa de lucro capitalista, mas impedir ou dificultar ao máximo a consciência comum (e portanto solidária) dos trabalhadores.

Assim, diante do *sistema metabólico do capital* que, longe de ser fragmentado é fundamentalmente totalizante (imbricando os momentos sociais da produção e da reprodução, ou ainda, formas de objetivação e subjetivação) e busca garantir com isto o controle social, a práxis do ser social que trabalha, seja no âmbito do viver/morar ou do trabalhar, não pode estar cindida. Ou seja,

[...] as lutas de classes se impõem cada vez mais como *lutas totais*, que necessariamente têm que incluir, ou melhor dizendo, devem estar atravessadas por todas as restantes lutas contra a desigualdade e a dominação entre os indivíduos e grupos humanos, e também contra as relações de exploração destes sobre seu meio natural. (PIQUERAS INFANTE, 1997, p.112, grifo do autor, tradução nossa)

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Praxis, 2001. 220p.

_____. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000. 365 p. (Coleção Mundo do Trabalho)

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999. 258 p.

ARAÚJO, Ângela (org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa – o movimento europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998. p.143-162.

CARVALHAL, Marcelo D. *A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP: elementos para uma “leitura” geográfica. Presidente Prudente*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, 2000.

CHAUÍ, M., SYLVIA, M., FRANCO, C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978. 209p.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2002.

FARAH, Marta Ferreira Santos. *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*. São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 1996 (Selo Universidade).

GONÇALVES, C. W. P. Da Geografia às Geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Disponível em: <www.cibergeo.org/agbnacional/documentos>. Acesso em: maio/2002.

IKUTA, Fernanda K. *A questão da moradia para além de quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 2002. (Relatório de Qualificação)

KOSÍK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAZZARATO, Mauricio & NEGRI, Antonio. *Trabajo inmaterial y subjetividad*. S.n.t.

LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973. 115p.

_____. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LUTFI, E. P.; SOCHACZEWSKI, S.; JAHNEL, T. C. As representações e o possível. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 87 – 97.

MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1974.

MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. *A ordem do capital no metabolismo social da reprodução*. Revista Ad Hominen, São Paulo: Edições Ad Hominen, nº 1, 1999.

MOREIRA, Ruy. Teses para uma Geografia do Trabalho. *Revista Ciência geográfica*. Bauru – VIII, vol. 2, n. 22, p. 19 – 23, maio/agosto 2002.

PIQUERAS INFANTE, Andrés. *Conciencia, sujetos colectivos y praxis transformadoras en el mundo actual*. Madri: SODEPAZ, 1997.

RANIERE, Jesus. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 1991.

SANTOS, Ariovaldo. Trabalho e globalização: a crise do sindicalismo propositivo. S.l.: *Praxis*, 2001. 116p. (Série Risco Radical)

SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo: formas de subjetivação e de objetivação. In: *SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard* (orgs.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 41 - 76. (Enciclopédia Aberta da Psique).

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma Geografia do Trabalho. *IV Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona, 2002a. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm>>.

_____. *Por trás dos canaviais os (nós) da cana*. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical na Agroindústria Canavieira Paulista). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002b.

_____. *Qualificação do Trabalho: Adestramento ou Liberdade*. Barcelona, v.1, n.º 1, set. 2000. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/thomazzr.htm>.

_____. “Leitura” geográfica e gestão política na sociedade de classes. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 24. Edição especial do XVII Encontro Estadual de Professores de Geografia, Ijuí, 1997. Porto Alegre: AGB, 1998.

Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1991. 21p. (Mimeogr.).

_____. *Nasce uma centelha: o movimento popular pela moradia de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1991. 15p. (Mimeogr.).

_____. *Movimentos sociais populares: entraves à unificação orgânica (uma contribuição ao debate)*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1992. 5p. (Mimeogr.).

_____. Um momento: com a palavra o “mundo paralelo”! *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre: AGB, n.19, p.24-31, 1992.

* O presente texto, em especial o trecho que se refere diretamente às Associações de Moradores e aos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente, está pautado em parte do que está se delineando como o capítulo 1 de nossa Dissertação de Mestrado, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior, intitulada provisoriamente “A questão da moradia *para além de quatro paredes*: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP”. Pesquisa que já contou com o apoio da FAPESP.

** Mestranda do Curso de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT. E-mail: ferikuta@hotmail.com

[1] Essa discussão é muito estimulada por Mészáros, mas os apontamentos iniciais foram obtidos através de ANTUNES (1999) que baseado nesse autor desenvolve a discussão sobre o sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações.

[2] Cf. KOSÍK, 1976.

[3] Na verdade, o bojo desta discussão pode e deve ser estendida para uma reflexão dos Movimentos Sociais como um todo, pois, é sabido que, de um lado, movimentos de gênero, ecológicos, étnicos, etc., são identificados e externalizam suas reivindicações como pertencentes unicamente à esfera da reprodução e, do outro lado, o movimento operário é identificado e tem sua atuação delimitada na esfera da produção. A separação unilateral destas esferas na práxis desses movimentos os fragiliza e distancia da possibilidade de uma unificação orgânica capaz de ser contra-hegemônica.

[4] PIQUERAS INFANTE, 1997

[5] GONÇALVES, 2002.

[6] Para um aprofundamento da questão, ver MÉSZÁROS (1981) que explora a complexidade do conceito de alienação de Marx e expõe que este tem quatro aspectos principais: “a) o homem está alienado da natureza; b) está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); c) de seu ‘ser genérico’ (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do homem (dos outros homens)” (p.16).

[7] Na verdade, a precarização é de todo o *conjunto das condições sociais de existência* destes trabalhadores: não só as condições de moradia e urbanidade são precarizadas, mas também as relações e condições de trabalho, educação, saúde, alimentação, transporte, lazer, etc.

[8] A Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua - FUCVAM, o Movimiento de Ocupantes e Inquilinos - MOI e a Asociación de Entidades de Viviendas y Servicios Sociales - ASEVIS são entidades populares que atuam com o sistema de cooperativas e estão articuladas com diversos Movimentos Sociais.

[9] Sabemos que a inexistência oficial de favelas em Presidente Prudente hoje é resultante de todo um processo conflitivo, referente à ocupação de áreas públicas, entre o poder público municipal e o então Movimento de Luta pela Moradia, que atingiu seu ápice e visibilidade entre 1989 e 1992. O processo inicial de ocupação das áreas remonta da década de 60. A intervenção pública (intermediada pela confrontação com o Movimento), seja com o deslocamento (a criação de áreas de lotes urbanizados na verdade, foi uma política de expulsão) das famílias ou a fixação e “urbanização das favelas” (a “regularização” das áreas faveladas com a concessão do Direito Real de Uso) significou, na maior parte das vezes, a intensificação ou no máximo a manutenção das precariedades nas condições de existência dessas famílias. Para maiores detalhes sobre a gênese e desenvolvimento do movimento de moradia, ver: MARACCI, M. T. *O movimento por moradia e políticas de Estado no contexto da produção do espaço-território urbano em Presidente Prudente* (São Paulo). Presidente Prudente, 1998. 122 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista; e para maiores informações sobre a configuração sócio-territorial da população egressa desse processo de luta, ver: IKUTA, 2000a (Relatório Parcial de Pesquisa/IC/FAPESP referente ao projeto de pesquisa “(Re)territorialização da população envolvida nas áreas públicas ocupadas em presidente Prudente (SP) e a participação do Movimento Popular de luta pela Moradia e do Estado (municipal): Dinâmica do Conflito e Configuração Atual”; e IKUTA 2001a (Relatório Parcial de Pesquisa/Mestrado/FAPESP referente ao projeto de pesquisa “A luta pela moradia em Presidente Prudente para além de quatro paredes: Uma Contribuição para a Reflexão Geográfica dos Movimentos Sociais Urbanos”).

[10] Resgatar este processo de luta é importante porque nele está a centelha que nos permitiu construir o nosso objeto de estudo central. É curioso notar que a atividade ocupacional predominante entre os, então, moradores das favelas é a de pedreiro ou a de servente de pedreiro. Por ocasião do 1º Encontro do Movimento de Moradia Popular de Presidente Prudente (junho de 1991), realizou-se um levantamento da realidade dos moradores (ainda que não corresponda ao universo total das famílias, pôde-se apreender, naquele momento, um quadro aproximado da realidade vivida por eles) através da ficha de inscrição do evento. E, dentre as informações levantadas, queremos destacar a forte predominância de trabalhadores na construção civil, quase 80% (THOMAZ JÚNIOR, 1991). Predominância que se confirma, no levantamento por nós realizado em trabalho de campo, em que pedreiros e serventes de pedreiro também comparecem predominando as atividades desempenhadas. Este detalhe nos chamou atenção e configurou-se em uma centelha para esta investigação o fato de serem estes trabalhadores os que constroem casas e os mesmos que não as têm. A partir daí, as seguintes perguntas se colocaram: esta relação (a separação forçada entre o *trabalhar* – esfera da produção - e o *morar* – esfera da re-produção -, através da

desposseção do trabalhador das condições de vida, até o ponto em que ele constrói inúmeras casas mas permanece sem-teto) que no caso dos trabalhadores da construção civil é muito mais direta e exacerbada que nas demais atividades, este entendimento se faz presente de maneira lúcida para os trabalhadores/moradores? Esta relação é pauta, ou bandeira de luta em suas organizações? Ou, antes ainda, estão eles organizados?

[11] Para uma abordagem teórica sobre a fragmentação territorial dos Sindicatos, ver: Thomaz Júnior (1998).

[12] Carvalhal, T. B. (2002).

[13] Depoimento fornecido durante realização de Trabalho de Campo, julho de 2001.